

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 986.636 - RJ (2016/0248539-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ICASA INDUSTRIA CERAMICA ANDRADENSE S/A**  
**ADVOGADOS : CLÁUDIO MESSIAS TURATTI E OUTRO(S) - MG030232**  
**MARIANA CRISTINA XAVIER GALVAO NOVAIS -**  
**MG122230**  
**SONIA BAHIA FRANÇA - MG154035**  
**AGRAVADO : VIVIANE CARVALHO DA SILVA GASPAR.**  
**AGRAVADO : PATRICIA LUCIANA SILVA DE MORAES.**  
**AGRAVADO : MAILINE LUCIANO DA SILVA**  
**AGRAVADO : MARIA SUZANA DA SILVA**  
**AGRAVADO : JACKSON LUCIANO DA SILVA**  
**ADVOGADO : TATIANA PENNA FERREIRA - RJ103951**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por ICASA INDUSTRIA CERAMICA ANDRADENSE S/A em face da decisão acostada às fls. 821-824 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 590-602 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONTRATO DE TRANSPORTE DE CARGA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 341 DO STF. "É PRESUMIDA A CULPA DO PATRÃO OU COMITENTE PELO ATO CULPOSO DO EMPREGADO OU PREPOSTO". PROVA TESTEMUNHAL. VÍTIMA QUE DIRIGIA VEÍCULO AUTOMOTOR, NA SUA MÃO DE DIREÇÃO E NA FAIXA DA DIREITA. INGRESSO DO CAMINHÃO QUE PRESTAVA SERVIÇO À RÉ NA FAIXA DA DIREITA, VINDO A ABALROAR A TRASEIRA DO VEÍCULO CONDUZIDO PELA VÍTIMA, PROVOCANDO O ACIDENTE QUE CULMINOU COM O ÓBITO. CONDUTA CULPOSA DO MOTORISTA DO CAMINHÃO. RESPONSABILIDADE DO COMITENTE QUE NÃO PODERÁ SER AFASTADA. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PRECEDENTES. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO.

Opostos embargos de declaração (fls. 639-721 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 725-727 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 729-746 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) violação ao artigo 535, inc. II, do CPC/73, porquanto não sanadas omissões apontadas nos aclaratórios; e, (ii) artigo 932, inc. III, do Código Civil, ao argumento de que não pode responder solidariamente pelo evento danoso, tendo em vista que não existia relação empregatícia, nem de preposição. Aduz, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 785-796 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando a ausência de vícios na decisão recorrida e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 833-854 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 879-886 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535, inc. II, do CPC/73 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a Corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omissos pois "*o reconhecimento da culpa in eligendo na contratação do frete por transportador autônomo pressupõe a indicação de elementos concretos para caracterizar a responsabilidade subjetiva, ausentes na condenação imposta*" (fl. 733 e-STJ).

Todavia, conforme trecho a seguir citado, o Tribunal local não reconheceu, de fato, a culpa *in eligendo* (fl. 550 e-STJ):

A questão fática já foi objeto de apreciação pelos nossos Tribunais, evoluindo a nossa jurisprudência no sentido de que o comitente, no contrato de transporte de carga, em virtude da culpa in eligendo ou em decorrência da própria relação contratual, não poderá se furtar a responsabilidade de indenizar, de forma solidária, os danos porventura produzidos pelo transportador em acidente de trânsito. [grifou-se]

Ressalta-se, todavia, que o reconhecimento de negativa de prestação jurisdicional pressupõe, nos termos da jurisprudência desta Corte, o preenchimento dos seguintes requisitos: (a) que a questão tenha sido levantada oportunamente; (b) a oposição de aclaratórios apontando, em específico, a omissão, contradição, obscuridade ou erro material; (c) a relevância do tese supostamente omitida, ou seja, que sua análise possa modificar a conclusão do julgamento; e (d) a inexistência de fundamento autônomo suficiente para manter o acórdão.

Nesse sentido: **EDcl no AgInt no AREsp 1207830/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018; **AgInt no AREsp 1294687/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018; **EDcl no AgInt no**

**REsp 1659455/RS**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; **AgInt no REsp 1497035/RS**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 29/08/2017; **EDcl no REsp 1593380/CE**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 24/11/2016.

No caso, a Corte de origem afirmou que a responsabilidade decorre da *culpa in elegendo* ou da própria relação contratual.

Ou seja, ainda que ausente a culpa *in elegendo*, a natureza da relação contratual seria suficiente para responsabilizar a insurgente, segundo entendeu a Corte local.

Verifica-se, assim, a existência de fundamento autônomo e suficiente para manter a decisão, não havendo suficientes razões para o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

**1.1.** Cumpre registrar, ademais, que a alegação de ofensa ao artigo 535 do CPC/73 deve demonstrar, de forma clara como o *decisum* teria incorrido em omissão, contradição ou obscuridade, sob pena de atrair, por analogia, o óbice da Súmula 284 do STF.

Neste sentido: **AgInt no AREsp 1200579/SC**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018; **AgInt no AREsp 995.819/BA**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 01/03/2017.

No caso, além da omissão tratada acima, o insurgente aponta que "*as questões jurídicas e fáticas suscitadas e reiteradas em todas as oportunidades em que a ora recorrente se manifestou nos autos (...) não foram apreciadas*" (fl. 733 e-STJ), bem como que não teriam sido apreciadas as teses defensivas e a prova produzida.

Tais alegações, todavia, formuladas de forma genérica, não são suficientes para demonstrar eventual afronta ao texto legal, devendo o recurso especial ser obstado, neste ponto, com fundamento na Súmula 284/STF.

**2.** No mérito, o insurgente aponta violação ao artigo 932, inc. III, do Código Civil, bem como aduz a existência de dissídio jurisprudencial, buscando o afastamento de sua responsabilização solidária, tendo em vista não haver relação empregatícia ou de preposição.

Todavia, a decisão proferida, ao reconhecer a responsabilidade da empresa que contratou o transporte, encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, veja-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. SÚMULA 83/STJ. ALTERAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. SÚMULA 284/STF. VALOR EXORBITANTE DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REDUÇÃO. AGRAVO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

[...]

2. Caracteriza-se a responsabilidade solidária da empresa contratante de serviço de transporte por acidente causado por motorista da empresa transportadora contratada. Precedentes.

[...]

6. Agravo interno a que se dá parcial provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1196640/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 04/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO E FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA. 2. LEGITIMIDADE PASSIVA DE PARTE RECONHECIDA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE A TRANSPORTADORA QUE TERCEIRIZA OS SEUS SERVIÇOS E A OUTRA EMPRESA DE TRANSPORTE CONTRATADA. 3. RESPONSABILIDADE CIVIL RECONHECIDA. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE COMODATO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. REQUISITOS DO ATO ILÍCIO INDENIZÁVEL. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ALTERAÇÃO DESSE ENTENDIMENTO. NÃO CABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

3. A jurisprudência desta Corte dispõe que, "diante da existência de interesse econômico no serviço, consistente no lucro decorrente da entrega dos produtos a seus destinatários, exsurge, em regra, a responsabilidade solidária entre a tomadora e a empresa de transporte de cargas, devendo ambas responderem perante terceiros no caso de acidente ocorrido durante o deslocamento da mercadoria" (REsp 1.282.069/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 17/5/2016, DJe 7/6/2016).

Esse entendimento aplica-se, de igual forma, em relação à transportadora que terceiriza os serviços contratados para uma outra empresa de transporte. Precedentes.

[...]

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1268854/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 03/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

1. Caracteriza-se a responsabilidade solidária da empresa contratante de serviço de transporte por acidente causado por motorista da empresa transportadora terceirizada.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1634838/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. DANOS CAUSADOS PELA EMPRESA TERCEIRIZADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CONTRATANTE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO EVIDENCIADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. No caso, a transportadora terceirizou os serviços contratados para uma outra empresa de transporte. Dessa forma, conforme jurisprudência desta Corte, ela deverá responder, de forma solidária, pelos danos decorrentes do acidente causado pelo motorista da empresa terceirizada.

2. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula n. 83/STJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 247.954/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 20/03/2015)

Incidente, portanto, o óbice da Súmula 83/STJ

Ressalta-se, por fim, que o óbice é aplicável tanto aos recursos interpostos com fundamento na alínea "c", como na alínea "a". Neste sentido: **AgInt no AREsp 1331833/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019; **AgInt no AREsp 1340955/SP**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 13/12/2018.

**3.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator